



Ministério da Educação – Brasil
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM
Minas Gerais – Brasil
Revista Vozes dos Vales: Publicações Acadêmicas
ISSN: 2238-6424
QUALIS/CAPES – LATINDEX
Nº. 24 – Ano XI – 10/2023
<http://www.ufvjm.edu.br/vozes>

Assistência estudantil na UFVJM: uma política pública cada vez mais necessária

Albér Carlos Alves Santos

Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Mestre em Ciências Humanas pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)

<http://lattes.cnpq.br/1053295173612856>

<https://orcid.org/0000-0002-4085-6642>

E-mail: alber.carlos@ufvjm.edu.br

Prof. Dr. Laurindo Mékie Pereira

Doutor em História pela Universidade de São Paulo (USP), Pós-Doutor em História pela Universidade Nova de Lisboa (Portugal). Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social (PPGDS) e do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes)

<http://lattes.cnpq.br/0686454547632127>

<https://orcid.org/0000-0003-1318-1798>

E-mail: mekie1@hotmail.com

Prof. Ma. Isabela Pardinho Reis

Mestre em Educação pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Professora da Escola Estadual Mestra Virgínia Reis

<http://lattes.cnpq.br/4150316674078576>

<https://orcid.org/0009-0009-0822-6585>

E-mail: isabela.reis@educacao.mg.gov.br

Resumo: Este artigo analisa um caso específico de Política de Assistência Estudantil que é o da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Para isso, utilizamos os dados da V Pesquisa do Perfil Socioeconômico

dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais, desenvolvida no ano de 2018 pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis (Fonaprace). O objetivo é analisar os principais dados da UFVJM apresentados na pesquisa, utilizando de abordagem qualitativa. Concluímos que os indicadores da UFVJM mostraram a importância da ampliação de ações de permanência, uma vez que o atendimento pelo Programa de Assistência Estudantil não corresponde à demanda existente, indicando a necessidade de investimento e implementação das ações do Programa.

Palavras-chave: Assistência Estudantil. Perfil Discente. UFVJM.

Introdução

A temática da assistência estudantil no ensino superior tem se tornado cada vez mais relevante no cenário atual da educação brasileira, seja pela necessidade de implementação, seja pelos desafios cotidianos enfrentados pelos formuladores e defensores dessa política em nível nacional. Nesse aspecto, cabem algumas considerações sobre o processo de construção da assistência estudantil enquanto política pública, sobretudo a partir da sua trajetória ao longo da história da educação no ensino superior brasileiro. Também apresentamos um caso específico do perfil discente de uma instituição de ensino, para analisarmos os dados diante dos desafios e possibilidades das políticas de acesso e permanência no ensino superior.

A importância dessa proposta se deve ao fato de que há contribuições a serem discutidas, uma vez que a elaboração da política de assistência estudantil é um processo inacabado de formulação e execução sistemática de políticas públicas nas mais diversas áreas da expressão da questão social. É importante destacar também que na esteira das discussões sobre o tema, encontramos ideias ainda em disputa, sob foco de múltiplos olhares, que interferem ativamente nos rumos da construção das políticas de assistência estudantil nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

O presente artigo trata de um caso específico de política de assistência estudantil que é o da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). O objetivo é analisar os principais dados da instituição na V Pesquisa de Perfil Socioeconômico dos Estudantes de Graduação das IFES. Foram utilizados os microdados quantitativos da UFVJM na referida pesquisa, com análise

complementar de base bibliográfica, apresentado uma abordagem qualitativa referente à situação de vulnerabilidade que impacta na permanência dos estudantes no ensino superior.

Seguindo o processo de implantação da política de assistência estudantil em âmbito nacional, ainda em andamento, identificam-se na UFVJM os mesmos limites e possibilidades, sobretudo relacionados à ampliação da política, diante da demanda não atendida, e também à atenção com outras dimensões importantes para o bem-estar dos estudantes, como a saúde mental. Mesmo com a crescente implementação do Programa de Assistência Estudantil (PAE), ainda nos deparamos com questões de difícil resolução, como essas apontadas acima, diante de um cenário nacional que inspira preocupação, uma vez que o amparo legal que normatiza o Programa Nacional da Assistência Estudantil (PNAES) é um decreto, não sendo efetivamente uma política de Estado.

Considerações sobre a assistência estudantil no Brasil

A assistência estudantil no Brasil vem sendo construída a partir de atores sociopolíticos que perpassam as lutas pelos direitos sociais na história do país. De acordo com Dutra e Santos (2017), de iniciativas pontuais e fragmentadas, restritas às instituições isoladas e escassos recursos, as discussões acerca da assistência ao estudante vão se tornando cada vez mais sistemáticas e complexas no decurso de sua trajetória, até ganhar legitimidade na agenda do Governo e alcançar o *status* de política pública no final dos anos 2000.

É consenso entre os autores que abordam a temática da assistência estudantil, apontar a década de 1930 como o marco inicial das ações de assistência ao estudante no cenário das instituições de ensino brasileiras, como uma iniciativa do Estado. De acordo com Costa *apud* Imperiatori (2017),

[...] da mesma forma que o direito à educação não é recente, as ações de assistência ao estudante remetem aos anos 1930, com os programas de alimentação e moradia universitária. A primeira manifestação com o intuito de apoiar os estudantes universitários ocorreu em 1928, com a inauguração da Casa do Estudante Brasileiro, localizada em Paris, e destinada a auxiliar estudantes que estudavam na capital francesa e tinham dificuldades em se manter na cidade. (COSTA *apud* IMPERIATORI, 2017, p. 285-286).

Dutra e Santos (2017) também apontam que, no Brasil, as propostas iniciais de assistência estudantil aconteceram na década de 1930, em conformidade com a consolidação das primeiras universidades brasileiras no século XX. A preocupação com moradia estudantil era a ação prioritária nas iniciativas da época, atreladas a programas de alimentação. Ainda de acordo com as autoras, a abertura da Casa do Estudante do Brasil, no início dos anos 1930, foi um marco na história das lutas por ampliação de ações de assistência ao estudante. É por iniciativa da Casa do Estudante e com apoio do Ministério da Educação, que em 1937 foi realizado o 1º Encontro Nacional de Estudantes e posterior criação da União Nacional dos Estudantes (UNE).

Essas iniciativas, que marcam o início das propostas de assistência estudantil, estão *pari passu* com a retomada do Estado nacional na educação, como apontou Saviani (2010).

Foi após a Revolução de 1930 que se retomou o protagonismo do Estado nacional na educação com a criação, já em outubro desse ano, do Ministério da Educação e Saúde Pública e com os decretos da chamada Reforma Francisco Campos em 1931, entre os quais se situam o que estabeleceu o Estatuto das Universidades Brasileiras e o que reformou a Universidade do Rio de Janeiro. Na sequência ocorreu, em 1934, a fundação da Universidade de São Paulo, mantida pelo governo do estado de São Paulo, e em 1935, a criação da Universidade do Distrito Federal, mantida pelo governo da cidade do Rio de Janeiro, então capital do país. A partir do final da década de 1940 e ao longo da década de 1950 vão ocorrer as federalizações estendendo-se pelas décadas de 1960 e 1970 o processo de criação das universidades federais, de modo geral nas capitais dos estados federados. (SAVIANI, 2010, p. 7).

Em relação ao reconhecimento legal, foi a partir do ano de 1931 que as propostas para auxílio aos estudantes apareceram de forma mais organizada na legislação, por meio do Decreto nº 19.851, no contexto conhecido como Reforma Francisco Campos – que instituiu a Lei Orgânica do Ensino Superior. Em 1934 esse decreto ganhou *status* constitucional, começando assim a figurar na legislação brasileira a discussão sobre assistência estudantil. De acordo com Imperatori (2017),

[...] essa lei foi incorporada na Constituição de 1934, que assegurou a assistência aos estudantes, sendo declarado no art. 157 que “parte dos mesmos fundos se aplicará em auxílio a alunos necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudos, assistência alimentar, dentária e para vilegiaturas”. A assistência aos estudantes foi

extensiva para todos os níveis de ensino nos anos 1940, estando presente na Constituição de 1946, art. 172, segundo o qual “cada sistema de ensino terá, obrigatoriamente, serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados, condições de eficiência escolar”. (IMPERIATORI, 2017, p. 286).

Na década de 1960, o debate em torno da assistência estudantil ganhou mais força, uma vez que estava se discutindo, de maneira mais ampla, a Reforma Universitária. Nesse período, destaca-se a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 4.024 que representou um avanço no entendimento sobre a necessidade política de se pautar a assistência aos estudantes. Para Dutra e Santos (2017), com a LDB de 1961, a assistência estudantil passa a ser compreendida como um direito para todos os estudantes que precisarem, e não mais como uma ajuda.

Outro marco importante na história da assistência estudantil no Brasil foi a criação, na década de 1970, do Departamento de Assistência ao Estudante. Segundo Imperiatori (2017),

ainda na década de 1970, foi criado o Departamento de Assistência ao Estudante (DAE), vinculado ao Ministério da Educação e Cultura, que implantou programas de assistência aos estudantes, como Bolsas de Trabalho, através das quais eram proporcionadas oportunidades de exercício profissional em órgãos ou entidades públicas ou particulares; e Bolsas de Estudo, por meio das quais o estudante recebia uma verba para sua manutenção, sem a realização de atividades em contrapartida. Também eram prioritários programas de alimentação, moradia e assistência médico-odontológica. (IMPERIATORI, 2017, p. 287).

No final dos anos 1980, as ações de assistência estudantil passaram por novos direcionamentos, tendo como consequência uma fragmentação das ações do Estado como proponente e articulador dessa política pública. Nesse aspecto, Imperiatori (2017) destaca a extinção do DAE como uma medida que impede a consolidação das ações de assistência estudantil que estavam em pauta.

No fim dos anos 1980, o DAE foi extinto, e as ações de assistência ao estudante ficaram fragmentadas em cada instituição de ensino. A assistência passou a ser composta por ações escassas e pulverizadas. Além disso, da mesma forma que a assistência social, a assistência estudantil foi marcada por relações clientelistas, que impediam a sua consolidação. (IMPERIATORI, 2017, p. 288).

Em contrapartida a essa fragmentação e pulverização das ações de assistência ao estudante, destaca-se também ao final da década de 1980 a criação

e articulação de duas importantes forças na defesa da assistência estudantil no Brasil, que é o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (Fonaprace) e a Associação de Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes).

A história de criação do FONAPRACE está relacionada ao contexto socioeconômico e político do Brasil na década de 80, que foi marcado pelo início do processo de redemocratização da sociedade brasileira, com a abertura política pós-ditadura militar, caracterizado pelo movimento das Diretas Já e a aprovação da nova Constituição de 1988. Desde meados de 1984, os Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis das IFES já se reuniam, preocupados com as políticas de promoção e apoio aos estudantes. Por meio de encontros regionais e nacionais, foram gerados documentos onde tais preocupações eram expostas, visando à permanência dos estudantes nas universidades, dentro de condições mínimas necessárias ao ensino de boa qualidade. Nos vários documentos gerados, sempre houve a insistência da necessidade de definição de políticas de ação, por parte do MEC, que atendessem as posições definidas pelos Pró-Reitores. (FONAPRACE, 2012, p. 14).

Uma das principais ações que o Fonaprace articulou foi a proposta de conhecer os estudantes das IFES no Brasil, sobretudo considerando a situação de vulnerabilidade, uma vez que para a defesa de uma política pública de assistência estudantil era importante apontar efetivamente a sua necessidade, com a identificação de dados confiáveis que fundamentassem a formulação e elaboração de uma proposta de política de assistência ao estudante. Nesse sentido, foram produzidos documentos e realizadas pesquisas para demonstrar que havia demanda por políticas públicas de caráter social nas IFES.

Pesquisas como a realizada pelo FONAPRACE abalaram o imaginário social que, à época permeava o senso comum, por meio de discursos que afirmavam serem as universidades públicas, em sua maioria, ocupadas por elites econômicas. Historicamente esta máxima encontrava eco na maior parte das instituições, mas os dados obtidos apontaram para uma realidade distinta e abriu terreno para a ampliação das pressões em prol da assistência estudantil. (FONAPRACE, 2012, p. 20).

O Fonaprace organizou em 1996 uma ampla pesquisa para conhecer qual era o público do ensino superior brasileiro e quais eram as características socioeconômicas desses estudantes. Essa foi a primeira pesquisa de perfil discente, que possibilitou a ampliação da discussão sobre a necessidade de financiamento da assistência estudantil, com recursos e vinculação específica, o que se concretizou na década seguinte com o PNAES. Em sua primeira pesquisa do perfil

socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das IFES brasileiras, o Fonaprace começa a apontar para a necessidade de ampliação das políticas, tanto do acesso como da permanência dos estudantes na educação superior ofertada pelas IFES em todo país.

Em resumo, a segunda pesquisa do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das IFES brasileiras foi realizada no período de novembro de 2003 a março de 2004. A terceira pesquisa foi realizada de outubro a dezembro de 2010, de acordo com o Fonaprace (2012, p. 39), “essa pesquisa constatou que 43,7% dos estudantes pertenciam às classes C, D e E (cerca de 300 mil estudantes)” naquele período. A quarta pesquisa foi realizada no ano de 2014 e a quinta pesquisa, da qual falaremos nesse artigo, foi realizada em 2018. Para a Andifes (2019),

as pesquisas de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES, realizadas pelo FONAPRACE, com apoio da ANDIFES nos anos de 1996, 2003, 2010, 2014 e 2018, vieram preencher uma lacuna importante pois não se conheciam aspectos fundamentais do perfil básico socioeconômico e cultural dos (as) discentes dos cursos de graduação. Ademais era preciso evidenciar, por meio de pesquisas sistemáticas, as recentes mudanças no perfil estudantil. (ANDIFES, 2019, p. 3).

A participação efetiva do Fonaprace e também das representações estudantis foram determinantes para a criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil, que é a normativa máxima que atualmente garante parte de recursos federais vinculados ao Ministério da Educação para ações de assistência estudantil.

De acordo com Dutra e Santos (2017), apesar de atualmente a assistência ao estudante assumir um papel importante, para o Estado brasileiro, na estratégia de combate às desigualdades sociais e regionais, por meio da democratização da educação superior, cabe destacar que esse espaço foi conquistado, resultado de intensas lutas sociais, encabeçadas principalmente pelo movimento estudantil, organizado pela UNE, e pelo Fonaprace. Essas constituem as principais entidades engajadas na luta por uma política de assistência estudantil como direito social e como política pública. As autoras ainda apontam a relevância da assistência estudantil como investimento e direito.

A luta pela incorporação da assistência ao estudante na agenda da educação do Governo Federal se deu, em grande medida, no embate pela

superação de conceitos como o entendimento das ações de assistência ao discente como gasto desnecessário, e também como medida assistencialista, fundamentada na idéia de concessão ou favor. Em oposição a isso, houve um grande empenho por parte dos grupos sociais organizados, sobretudo a UNE e o Fonaprace, em defender uma concepção de AE como investimento e como um direito. (DUTRA; SANTOS, 2017, p. 162).

Nesse sentido, Sanabio *et al.* (2013), indicam a normatização do Programa de Assistência Estudantil, em âmbito nacional, como uma ferramenta importante na busca pela assistência ao estudante, contribuindo na melhoria do desempenho acadêmico e no combate a repetência e evasão.

Desde 2008, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) está em vigor, a partir da Portaria Normativa n. 39, de 12 de dezembro de 2007, do Ministério da Educação (MEC), e em 2010, tal instrumento legal é transformado no Decreto nº 7.234/2010. Esse programa busca, em linhas gerais, fornecer subsídios para permanência nos cursos de graduação de alunos de baixa renda. Procura estabelecer uma ligação entre as atividades de ensino, pesquisa, extensão e apoio ao estudante, visando a contribuir para que haja melhor desempenho acadêmico do aluno atendido, evitando também a repetência e evasão. (SANABIO, *et al.*, 2013, p.129).

O PNAES é a concretização, ainda que parcial, de amplos debates realizados ao longo da existência do Fonaprace, que a partir da realidade brasileira, em suas contradições, também indicam o reflexo dessa mesma realidade nas IFES. Nesse aspecto, como apontou Neves e Martins (2016, p. 95), “o Brasil é um país de contrastes e o seu ensino superior reflete, nesse sentido, um traço histórico persistente da sociedade brasileira como um todo”.

Silva e Costa (2018) apontam também a importância da assistência estudantil frente às desigualdades da sociedade brasileira. Segundo os autores,

salta aos olhos que as IFES, tal como toda a sociedade brasileira, reproduzem desigualdades raciais, de renda e de gênero. Tais desigualdades sempre implicarão dificuldades para aproveitar as oportunidades educacionais que as IFES oferecem, fazendo do direito à educação um privilégio. A não ser que políticas de assistência estudantil sejam capazes de diminuir as desigualdades de acesso às oportunidades. (SILVA; COSTA, 2018, p. 176).

Nesse sentido, as desigualdades também são marcadores para determinar a evasão do ensino superior. Frequentemente, na literatura sobre o tema, entre as diversas dificuldades dos estudantes, a falta de acesso a recursos financeiros

suficientes se configura como causa para evasão. De acordo com Bardagi e Hutz *apud* Imperatori (2017, p. 289),

a literatura apresenta variadas causas para a evasão na educação superior, como descontentamento com horários das disciplinas, falta de cursos noturnos, impossibilidade de conciliar trabalho e estudo, mau relacionamento professor-aluno, pouca integração social à universidade, expectativas não correspondidas e falta de informações sobre curso e profissão, mau desempenho acadêmico e reprovações, problemas financeiros. (BARDAGI; HUTZ *apud* IMPERATORI, 2017, p. 289).

As desigualdades socioeconômicas são elementos determinantes, ainda que não únicos, para a compreensão dos Programas de Assistência Estudantil implantadas nas IFES. No entanto, a assistência estudantil é um campo aberto e em disputa, sobretudo diante do tensionamento para sua consolidação como política pública no Brasil.

Percebe-se, então, que apesar de se reconhecer os aspectos socioeconômicos como um importante elemento que possibilita a permanência de estudantes nas instituições de educação superior, a assistência estudantil é um campo de disputas a ser consolidado enquanto uma política pública. É nesse cenário que se contextualiza o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), com foco no impacto dos fatores socioeconômicos na permanência dos estudantes no ensino superior. (IMPERATORI, 2017, p. 293).

Ainda, de acordo com Imperatori (2017),

O levantamento da literatura mostra que não se trata de uma política consolidada, mas que se situa em um campo de disputa e que está passando por um processo de legitimação, principalmente após sua regulamentação pela Portaria Normativa n. 39/2007 e pelo Decreto n. 7.234/2010. Nesse marco legal, a assistência estudantil é reconhecida como estratégia de combate às desigualdades sociais, ampliação e democratização das condições de acesso e permanência no ensino superior público federal, com uma definição bastante ampliada. (IMPERATORI, 2017, p. 298).

As ações de assistência estudantil prioritária na UFVJM são financiadas por recursos repassados do PNAES. As exigências e demandas para atendimentos aos estudantes são diversas, o que torna sempre um desafio diante de cenários de incertezas. O que é importante ressaltar é a relevância da política de assistência estudantil e como historicamente ela tem se mostrado extremamente necessária.

A quinta pesquisa nacional de perfil discente e os dados introdutórios da UFVJM

No ano de 2018, o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (Fonaprace), com apoio da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), desenvolveu a V Pesquisa do Perfil Socioeconômico dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais. Foram 65 instituições pesquisadas, onde os estudantes responderam um questionário amplo, objetivando delinear o perfil do público-alvo das IFES.

Para a Andifes (2019), o documento constitui a principal e mais ampla fonte de dados sobre estudantes de graduação das universidades federais brasileiras. O levantamento reúne, além de dados do perfil social (cor ou raça, sexo, idade, estado civil, nacionalidade, escolaridade de pais e mães) e econômico (renda, trabalho, bens e moradia), indicadores relacionados à saúde mental dos estudantes e ainda indicadores educacionais e acadêmicos anteriores e posteriores ao ingresso dos estudantes nas universidades.

Esse diagnóstico representa um grande avanço para se pensar e propor ações no âmbito da assistência estudantil brasileira, uma vez que mostra os limites e possibilidades do investimento do Estado na educação superior pública, gratuita e de qualidade. O acesso ao ensino superior deve estar necessariamente atrelado às políticas de permanência, nesse aspecto, a pesquisa é um ponto de partida para verificação dos rumos do PNAES.

Durante quatro meses, foram coletadas informações dos estudantes da graduação de 63 Universidades Federais e dois Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs). A UFVJM participou ativamente dessa pesquisa, sendo uma das instituições que cumpriu todas as metodologias propostas pelo Fonaprace/Andifes, coletando os dados no tempo regular da pesquisa.

Os dados coletados foram sistematizados e disponibilizados para cada IFES. As informações sobre a UFVJM são importantes para mapear as principais características dos estudantes dessa instituição. Para delimitação metodológica destacamos os seguintes indicadores: cor, ingresso por cota para renda, faixa de

renda mensal *per capita*, tipo de escola em que cursou o Ensino Médio, participação em Programa de Assistência Estudantil, sexo e faixa etária. Também apontamos os principais dados relacionados à saúde mental dos estudantes, uma vez que a política de assistência estudantil deve ser entendida de forma ampla e interdisciplinar, indo além da assistência prioritária, de recorte socioeconômico, como podemos observar na orientação sobre as ações de assistência estudantil do PNAES.

Art. 3º. O PNAES deverá ser implementado de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando o atendimento de estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior.

§ 1º. As ações de assistência estudantil do PNAES deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas: I - moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte; IV - atenção à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - creche; IX - apoio pedagógico; e X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. (BRASIL, 2023, p. 1).

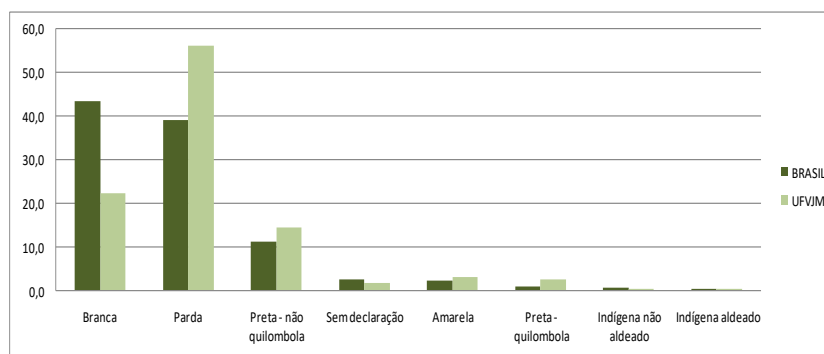
Na discussão dos resultados, as informações coletadas da UFVJM demonstram que a universidade tem mais de 70% dos estudantes que se autodeclararam pretos ou pardos, como podemos observar na Tabela 1. Os dados são superiores à média nacional, como apontado no Gráfico 1.

Tabela 1 – Graduandos (as) UFVJM segundo cor – 2018

DADOS UFVJM		Quantidade Discente	Porcentagem
Válido	Amarela	257	2,9
	Branca	1993	22,3
	Parda	5040	56,3
	Preta - quilombola	205	2,3
	Preta - não quilombola	1287	14,4
	Indígena aldeado	14	0,2
	Indígena não aldeado	15	0,2
	Sem declaração	138	1,5
	Total	8949	100,0

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de microdados da Andifes (2019).

Gráfico 1 – Graduandos (as) UFVJM em comparação a média nacional, segundo cor – 2018



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de microdados da Andifes (2019).

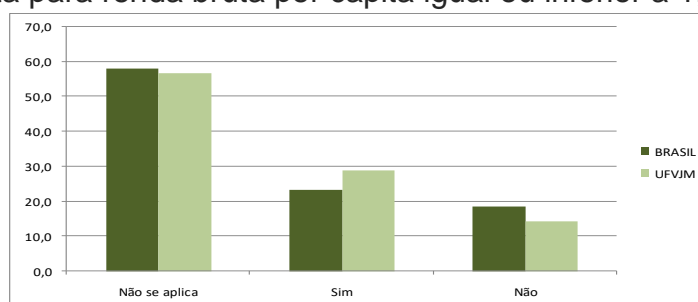
Também em relação ao ingresso segundo cota (Tabela 2), considerando a renda *per capita* de até um e meio salários mínimos, a UFVJM atende uma média de estudantes superior a nacional (Gráfico 2). É importante ressaltar o ingresso por cota na instituição, o que demonstra o reflexo da lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 (Lei de Cotas), que amplia a diversidade e inclusão na universidade, sendo, como apontado por Crosara e Silva (2018), em conjunto com a Política de Assistência Estudantil, um binômio indissociável da concreção do direito à educação.

Tabela 2 – Graduandos (as) UFVJM, segundo ingresso por cota para renda bruta per capita igual ou inferior a 1,5 Salário Mínimo

DADOS UFVJM	Quantidade Discente	Porcentagem
Não se aplica	5075	56,7
Sim	2592	29,0
Não	1281	14,3
Total	8949	100,0

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de microdados da Andifes (2019).

Gráfico 2 – Graduandos (as) UFVJM em comparação a média nacional, segundo ingresso por cota para renda bruta per capita igual ou inferior a 1,5 Salário Mínimo



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de microdados da Andifes (2019).

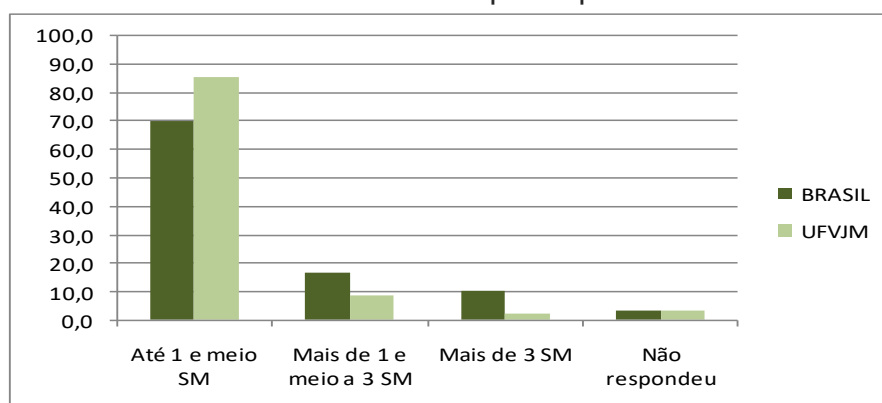
Outro dado importante que merece destaque é a faixa de renda mensal *per capita* do estudante da UFVJM (Tabela 3), que é superior à média nacional (Gráfico 3). De acordo com a V Pesquisa de Perfil Discente, 85,7% dos discentes têm até um salário mínimo e meio *per capita*. Esse grupo de estudantes é público-alvo da assistência estudantil, segundo o decreto 7.234, de 19 de julho de 2010.

Tabela 3 – Graduandos (as) UFVJM, segundo faixa de renda mensal per capita – 2018

DADOS UFVJM	Quantidade Discente	Porcentagem
Até 1 e meio SM	7671	85,7
Mais de 1 e meio a 3 SM	779	8,7
Mais de 3 SM	205	2,3
Não respondeu	294	3,3
Total	8949	100,0

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de microdados da Andifes (2019).

Gráfico 3 – Graduandos (as) UFVJM em comparação a média nacional, segundo faixa de renda mensal per capita – 2018



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de microdados da Andifes (2019).

A média dos estudantes oriundos de escola pública que estão na UFVJM (Tabela 4), também supera a média nacional (Gráfico 4). Mais de 80% dos discentes vieram de escola pública. Esse dado também é indicativo do público-alvo do PNAES, ou seja, a grande maioria dos estudantes da UFVJM tem os dois principais critérios de elegibilidade da Política Nacional de Assistência Estudantil, como previsto no Art. 5º do decreto 7.234, de 19 de julho de 2010.

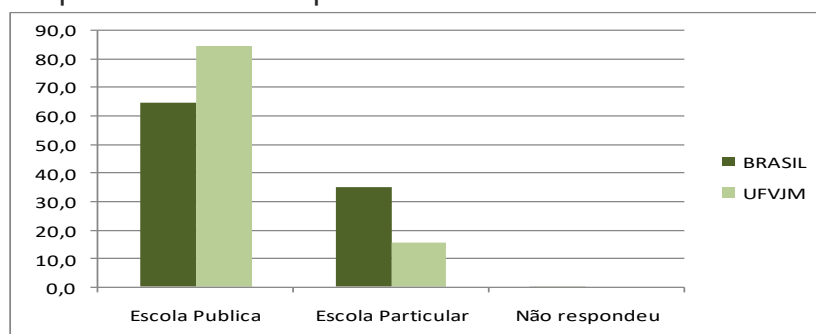
Art. 5º. Serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior. (BRASIL, 2023, p. 1).

Tabela 4 – Graduandos (as) UFVJM, segundo tipo de escola em que cursou o Ensino Médio – 2018

DADOS UFVJM	Quantidade Discente	Porcentagem
Escola Publica	7575	84,6
Escola Particular	1374	15,4
Total	8949	100,0

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de microdados da Andifes (2019).

Gráfico 4 – Graduandos (as) UFVJM em comparação a média nacional, segundo tipo de escola em que cursou o Ensino Médio – 2018



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de microdados da Andifes (2019).

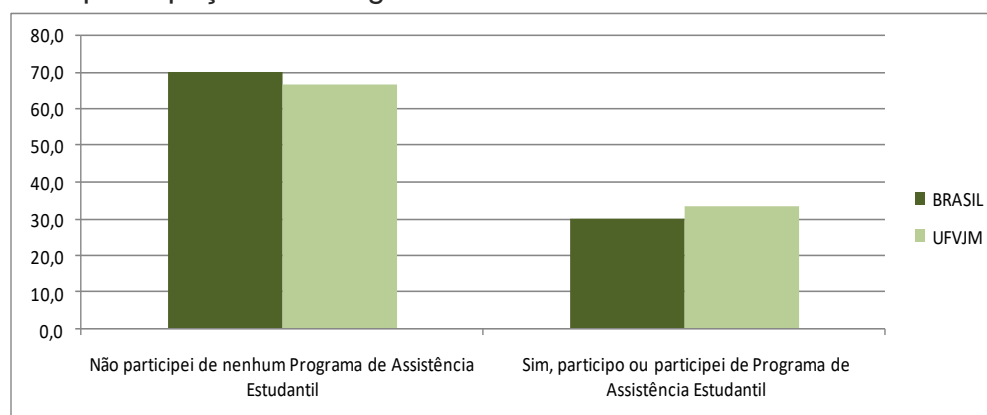
Mesmo com mais de 80% de estudantes elegíveis para o Programa de Assistência Estudantil, apenas 33,4% indicaram participação no PNAES em 2018 (Tabela 5). Os dados de participação em Programa de Assistência Estudantil da UFVJM são levemente superiores a media nacional (Gráfico 5). Ressalta-se que tanto a média local como a nacional são indicativo da falta de cobertura ampla da assistência estudantil aos estudantes matriculados nas IFES, o que compromete a permanência nas instituições, uma vez que, como foi apontado, a maioria dos estudantes das IFES tem até um salário mínimo e meio *per capita* e são egressos da rede pública do ensino básico. Como já indicado, esse grupo de estudantes é público-alvo da assistência estudantil, sendo grupo prioritário do PNAES.

Tabela 5 – Graduandos (as) UFVJM, segundo participação em Programa de Assistência Estudantil – 2018

DADOS UFVJM	Quantidade Discente	Porcentagem
Sim, participo ou participei de Programa de Assistência Estudantil	2986	33,4
Não participei de nenhum Programa de Assistência Estudantil	5963	66,6
Total	8949	100,0

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de microdados da Andifes (2019).

Gráfico 5 – Graduandos (as) UFVJM em comparação a média nacional, segundo participação em Programa de Assistência Estudantil – 2018



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de microdados da Andifes (2019).

Em consonância com a média nacional, a maioria dos estudantes da UFVJM é do sexo feminino (Tabela 6) e com faixa etária de 18 a 24 anos (Tabela 7), isso demonstra que o acesso à universidade tem acontecido cada vez mais cedo, com recorte de gênero relevante.

Tabela 6 – Graduandos (as) UFVJM, segundo sexo – 2018

DADOS UFVJM	Quantidade Discente	Porcentagem
Feminino	5509	61,6
Masculino	3433	38,4
Sem declaração	7	0,1
Total	8949	100,0

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de microdados da Andifes (2019).

Tabela 7 – Graduandos (as) UFVJM, segundo faixa etária – 2018

DADOS UFVJM	Quantidade Discente	Porcentagem
17 anos e menos	132	1,5
De 18 a 24 anos	6520	72,9
25 anos e mais	2297	25,7
Total	8949	100,0

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de microdados da Andifes (2019).

Ressaltamos ainda que o caminho acadêmico tem outras dificuldades que estão no horizonte dos estudantes, como apontou Matta (2020), analisando o perfil dos atendimentos psicológicos realizados na UFVJM. Nesse aspecto, são questões que ultrapassam apenas o viés do critério socioeconômico e se correlacionam de maneira ampla com outras expressões da questão social. Apontamos alguns dados relevantes em relação à saúde mental dos estudantes que impactam diretamente na permanência e qualidade da vida acadêmica em toda sua amplitude.

Nesse sentido, na V Pesquisa de Perfil Discente, grande parte dos estudantes da UFVJM relatou a ocorrência de alguma dificuldade emocional que interfere em sua vida acadêmica (Tabela 8), sendo que a dificuldade mais citada é a ansiedade (Tabela 9), seguida de desânimo, falta de vontade de fazer as coisas (Tabela 10).

Tabela 8 – Graduandos (as) UFVJM, segundo dificuldades emocionais que têm interferido na sua vida acadêmica nos últimos 12 meses (2018)

DADOS UFVJM	Quantidade Discente	Porcentagem
Tenho dificuldades emocionais	7846	87,7
Não tenho dificuldades emocionais	1103	12,3
Total	8949	100,0

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de microdados da Andifes (2019).

Tabela 9 – Graduandos (as) UFVJM, segundo dificuldades emocionais que têm interferido na sua vida acadêmica nos últimos 12 meses: Ansiedade - 2018

DADOS UFVJM	Quantidade Discente	Porcentagem
Não	2759	30,8
Sim	6190	69,2
Total	8949	100,0

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de microdados da Andifes (2019).

Tabela 10 – Graduandos (as) UFVJM, segundo dificuldades emocionais que têm interferido na sua vida acadêmica nos últimos 12 meses: Desânimo, falta de vontade de fazer as coisas - 2018

DADOS UFVJM	Quantidade Discente	Porcentagem
Não	5033	56,2
Sim	3916	43,8
Total	8949	100,0

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de microdados da Andifes (2019).

Os dados de saúde mental da V Pesquisa de Perfil Discente também são indicadores de situação de vulnerabilidade, o que está na mesma linha da análise apresentada no estudo de Matta (2020). De acordo com ele,

As análises realizadas, nos dados do Prontuário Psicológico Eletrônico, do Serviço de Psicologia da PROACE, do *campus* de Diamantina da UFVJM, apontam que o número de atendimentos psicológicos, na Universidade, tem aumentado ao longo dos anos, indicando o crescimento da vulnerabilidade psicológica dos estudantes de graduação. (MATTA, 2020, p. 33).

Em suas conclusões, Matta (2020) aponta que,

Na mesma medida, se faz necessária, uma política de Assistência Estudantil mais abrangente e integrada que privilegie o cuidado psicossocial e pedagógico, para que seja favorecido o desenvolvimento pessoal e profissional dos estudantes, além do oferecimento das bolsas e auxílios. (MATTA, 2020, p. 81).

Para Neves e Martins (2016, p. 118), “A persistência de enormes desigualdades sociais no tocante ao acesso e à permanência no nível de ensino superior segue sendo um desafio urgente a ser enfrentado.” Nesse sentido, os dados apresentados pela V Pesquisa de Perfil Discente, como foi demonstrado, são indicativo da persistência dos desafios de enfrentamento das desigualdades sociais da realidade brasileira que estão refletidas nas IFES. Não basta apenas democratizar o acesso é necessário garantir políticas públicas de permanência com qualidade e bem-estar.

Conclusão

O Programa de Assistência Estudantil da UFVJM é uma ação desenvolvida para ampliar as condições de permanência dos discentes em situação de

vulnerabilidade socioeconômica. O acesso ao ensino superior é uma política importante de inclusão, no entanto, mostra-se limitada quando não há investimento na permanência dos estudantes nas IFES e todas as suas implicações, sobretudo políticas de saúde e acompanhamento acadêmico.

Os principais dados socioeconômicos levantados na V Pesquisa Nacional de Perfil Discente apontam que os indicadores de vulnerabilidade da UFVJM são superiores à média nacional. Apontam ainda que a instituição cumpre seu papel social de inclusão, nos seus cursos de graduação, de negros e pardos e também estudantes oriundos do ensino público, como preconizado pela Lei de Cotas (Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012).

No tocante ao que define o Artigo 5º do PNAES, mais de 80% dos estudantes da UFVJM tem renda *per capita* de até um salário mínimo e meio e são oriundos de escola pública. No entanto, em contrapartida, de acordo com a pesquisa, o Programa de Assistência Estudantil é acessado por pouco mais de 30% dos estudantes.

A UFVJM acolhe em seus cursos de graduação estudantes que são elegíveis para o Programa de Assistência Estudantil. A política de acesso tem se mostrado efetiva, sobretudo quanto ao critério socioeconômico e origem escolar, no entanto, é necessária uma atenção às ações de permanência, qualidade de vida e bem-estar dos estudantes. Somente com o investimento efetivo em política de atenção ao estudante é que será possível elaborar alternativas aos desafios do elevado número de estudantes que relatam alguma dificuldade de saúde mental e também sobre a questão da retenção e evasão.

Por fim, é importante ressaltar que a questão principal observada a partir da V Pesquisa de Perfil Discente, refere-se às políticas de permanência, que perpassam entre outros fatores, o incentivo e implementação de ações do Programa de Assistência Estudantil. Nesse sentido, é importante que debatamos a consolidação da Assistência Estudantil como uma política pública de fato, de Estado e não de governo, o que ainda não está efetivamente garantido pela legislação vigente.

Os dados das Pesquisas de Perfil Discente são indicativos dos direcionamentos das IFES ao longo dos anos, sendo que é possível perceber o impacto das políticas públicas na medida em que acompanhamos as transformações

(avanços ou retrocessos) nas características de acesso, permanência e conclusão nos cursos. A V Pesquisa de Perfil Discente na UFVJM mostrou a importância de ampliação das ações de permanência, uma vez que o atendimento pelo Programa de Assistência Estudantil não corresponde à demanda existente.

Referências

ANDIFES. **V Pesquisa do Perfil Socioeconômico dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais**. Disponível em: <<https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf>>. Acesso em: 27 de ago. 2019.

BARDAGI, Marucia Patta; HUTZ, Cláudio Simon. “Não havia outra saída”: percepções de alunos evadidos sobre o abandono do curso superior. *Psico-USF (Impr.)*. Itatiba, v. 14, n. 1, Abr. 2009 *apud* IMPERATORI, Thaís Kristosch. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 129, p. 285-303, mai./ago. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm>. Acesso em: 14 de jan. 2023.

COSTA, Simone Gomes. A equidade na educação superior: uma análise das Políticas de Assistência Estudantil. Dissertação (Mestrado em Sociologia) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010 *apud* IMPERATORI, Thaís Kristosch. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 129, p. 285-303, mai./ago. 2017.

CROSARA, Daniela de Melo; SILVA, Leonardo Barbosa. Constituição Federal de 1988: os caminhos das políticas de democratização do acesso e permanência na educação superior como direito fundamental. **Revista Educação e Políticas em Debate**, v. 7, n. 2, p. 289 -312, mai./ago. 2018.

DUTRA, Natália Gomes dos Reis; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 94, p. 148-181, jan./mar. 2017.

FONAPRACE. **Revista Comemorativa 25 Anos: histórias, memórias e múltiplos olhares**. Organizado pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, coordenação, ANDIFES. – UFU, PROEX: 2012.

IMPERATORI, Thaís Kristosch. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 129, p. 285-303, mai./ago. 2017.

MATTA, Alexandre Henrique Amado da. **Atendimento psicológico a estudantes universitários**: perfil, queixas e fatores preditores de sintomas de depressão. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2020.

NEVES, Clarissa E. Baeta; MARTINS, Carlos Benedito. Ensino superior no Brasil: uma visão abrangente. In: DWYER, Tom *et al.* (Orgs.). **Jovens universitários em um mundo em transformação**: uma pesquisa sino-brasileira. Brasília: Ipea; Pequim: SSAP, 2016.

SANABIO, Marcos *et al.* As políticas de assistência estudantil: experiências comparadas em universidades públicas brasileira. **Revista Gual**, Florianópolis, v. 6, n. 4, p. 125-146, 2013.

SAVIANI, Demerval. A expansão do ensino superior no Brasil: mudanças e continuidades. **Póiesis Pedagógica**, v.8, n.2 ago/dez.2010, p. 4–17.

SILVA, Leonardo Barbosa e; COSTA, Natália Cristina Dreossi. Acesso e permanência em desproporção: as insuficiências do Programa Nacional de Assistência Estudantil. **Revista Agenda Política**, v. 6, n. 2, 2018, p. 166-192.

Processo de Avaliação por Pares: (*Blind Review* - Análise do Texto Anônimo)

Revista Científica Vozes dos Vales - UFVJM - Minas Gerais - Brasil

www.ufvjm.edu.br/vozes

QUALIS/CAPES - LATINDEX: 22524

ISSN: 2238-6424